
Cadernos ASLEGIS

ISSN 1677-9010 / www.aslegis.org.br

Roseli Senna Ganem

Bióloga, Mestre em Ecologia pelo Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília (IB/UnB), Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB) e Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados na Área de Meio Ambiente e Direito Ambiental, Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano e Regional.

Maurício Boratto Viana

Geólogo e Bacharel em Direito, Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB) e Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados na Área de Meio Ambiente e Direito Ambiental, Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano e Regional.

Crise econômica global e meio ambiente: rumo a uma sociedade sustentável?

Resumo

Desde o final do século passado, a sociedade moderna vem questionando seu estilo de vida e os impactos ambientais daí advindos. A esse quadro se soma hoje uma crise econômica mundial comparável à ocorrida oitenta anos atrás. Embora a redução temporária da atividade econômica crie a expectativa de reorganização do sistema produtivo em bases compatíveis com a disponibilidade de recursos naturais e a sustentabilidade do Planeta, ainda não há indícios significativos de que os governos, a iniciativa privada e a própria sociedade civil venham a alterar seu padrão de vida, que requer mudanças éticas mais profundas.

Palavras-Chave

Meio ambiente; crise econômica; sociedade sustentável.

Abstract

Since the end of the last century, the modern society is discussing its way of life and the supervened environmental impacts. Now arises an economic crisis, comparable to the one occurred eighty years ago. Although the temporary reduction of the economic activity anticipates a reorganization of the productive system, based on the real availability of natural resources and on the Earth's sustainability, there's still no significant signs that governments, the private sector and even the society intend to change its way of life, which demands deeper ethic transformations.

Keywords:

Environment; economic crisis; sustainable society.

1. Introdução

O mundo vive o início de um novo milênio imerso em impactos ambientais em escala global produzidos pela espécie humana, dos quais as mudanças climáticas, o desmatamento, a perda de biodiversidade e os conflitos pelo uso da água são os efeitos mais visíveis. Por sua vez, a crise financeira desencadeada no segundo semestre de 2008, sobretudo a partir da frouxa regulamentação do mercado imobiliário norte-americano, logo transformada em crise econômica global, vem promovendo recessão econômica e desemprego em várias partes do Planeta.

Este artigo tem por objetivo discutir os efeitos da crise econômica sobre o meio ambiente, bem como os potenciais de mudança por ela promovidos rumo a uma sociedade sustentável. Embora muito se discuta acerca dessas expectativas, pouco se vem fazendo na prática. Em verdade, a construção de um novo paradigma econômico que coloque nossa sociedade num rumo ecologicamente sustentável depende de mudanças mais radicais, que envolvem a reversão dos padrões de consumo e a introjeção de uma ética intra- e intergeracional.

2. Crise econômica e oportunidade de mudança

O século XX trouxe avanços impressionantes na comunicação e na transmissão de ideias, mas a globalização dos mercados induziu à demanda perdulária e irresponsável por mercadorias. A função do emprego passou a ser a manutenção do crescimento econômico, que, por sua vez, baseia-se no fluxo de consumo de artigos de necessidade e valor duvidosos. Não há recursos naturais suficientes para sustentar um crescimento constante da economia, nem mesmo à taxa corrente de consumo¹.

Estima-se que, desde meados da década de 1980, a humanidade passou a gastar mais recursos do que o Planeta pode repor. Estamos criando um débito para o futuro, ou seja, as gerações presentes agem como agiotas cruéis das gerações futuras. Queiramos ou não, estamos diante de um “impasse civilizacional”, pois nosso combalido Planeta não suporta mais a lógica do progresso infinito².

Assim, embora a maioria das pessoas veja a recessão como “um monstro terrível”, outros a consideram positiva para o meio ambiente, pois, embora acarrete desemprego, ela implica, simultaneamente, a redução do consumo de recursos

1 <http://www.ecodebate.com.br/2008/11/12/as-proximas-criises-artigo-de-rogerio-grassetto-teixeira-da-cunha/>, acesso em 01/07/2009.

2 <http://www.ecodebate.com.br/2009/01/09/a-quadrupla-criise-planetaria-artigo-de-cesar-sanson/>, acesso em 01/07/2009.

naturais. Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA)³, por exemplo, mostrou que o Brasil deixou de exportar 740 milhões de quilos de aço bruto, o que corresponde à redução de mais de um bilhão de toneladas de emissão de carbono, bem como 62,1 mil carros em dezembro de 2008. Essas perdas, logicamente, têm impactos sociais e econômicos graves, mas também levam à não exploração de matéria-prima renovável e não renovável.

Como afirma Luiz Gylvan Leira Filho⁴, ex-vice-presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), a crise econômica é uma boa oportunidade para a revisão da matriz energética internacional e para a “descarbonização” do Planeta. No mesmo sentido, Oswaldo Lucon e José Goldemberg⁵, da Universidade de São Paulo, afirmam que a crise econômica abre caminho para a construção de um sistema energético sustentável, o qual deve basear-se em aumento da eficiência, maior participação das fontes renováveis e descentralização da produção de energia.

O aumento da eficiência deve ser assumido especialmente pelos países industrializados, onde o consumo *per capita* é elevado, mas, na ampliação do uso das fontes renováveis (energias eólica e solar, biomassa e centrais hidrelétricas de pequeno porte), todos os países têm importante papel a cumprir.

Diversos exemplos de fomento ao uso de fontes limpas têm sido observados recentemente. Por exemplo, para aprovação da Lei de Emergência de Estabilização Econômica, o Congresso americano fez incluir US\$18 bilhões destinados à energia renovável, como forma de compensação social pela ajuda às grandes empresas em estado de falência⁶. Segundo Sérgio Abranches⁷, recente relatório do Conselho Interestadual de Energia Renovável dos Estados Unidos aponta que a produção de energia elétrica por tecnologia fotovoltaica cresceu 63%, entre 2007 e 2008, e continuou crescendo no primeiro quadrimestre de 2009, embora a um ritmo menor.

3 MOTA, José Aroudo; GAZONI, Jefferson Lorencini; REGANHAN, José Maria; SILVEIRA, Marcelo Teixeira da & GOES, Geraldo Sandoval. Trajetória da governança ambiental. *IPEA, Regional e Urbano*, nº 1, Dez. 2008: 11-20.

4 <http://www.ecodebate.com.br/2009/03/07/a-resposta-do-brasil-a-crise-economica-nao-tem-nada-de-verde/>, acesso em 01/07/2009.

5 LUCON, Oswaldo & GOLDEMBERG, José. Crise financeira, energia e sustentabilidade no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 23, nº 65. São Paulo, 2009.

6 LEAHY, Stephen. Uma oportunidade verde diante da crise. 21/10/2008, [ttp://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/uma-oportunidade-verde-diante-da-crise-financeira/](http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/uma-oportunidade-verde-diante-da-crise-financeira/), acesso em 06/06/2009.

7 CENTRAL BRASILEIRA DE NOTÍCIAS (CBN). Preocupação ambiental na China e nos EUA. 28/07/2009, <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/sergio-abranches/SERGIO-ABRANCHES.htm>, acesso em 28/07/2009.

Outro exemplo é a expansão do uso de energia eólica. Atualmente, a capacidade instalada em turbinas eólicas no mundo é de 120 GW, o que evita a emissão de 158 milhões de t/ano de carbono, caso essa energia fosse produzida pelo consumo de combustíveis fósseis⁸. Steve Sawyer, Secretário Geral do Global Wind Energy Council (GWEC)⁹, assevera que existe uma demanda mundial crescente de produção da energia a partir de fontes eólicas, as quais apresentam atrativos econômicos e ambientais, segurança energética e capacidade de gerar muitos empregos.

Também a biomassa pode contribuir de forma significativa para o consumo energético mundial. Além dos biocombustíveis atuais (etanol, biodiesel, bagaço para produção de eletricidade e carvão vegetal a partir de reflorestamento), são muito promissoras as perspectivas dos biocombustíveis de segunda geração, como o etanol produzido a partir da celulose. Por sua vez, a descentralização da geração de energia tem importância estratégica para os países que hoje dependem do petróleo do Oriente Médio, do gás natural russo que atravessa a Ucrânia ou do gás da Bolívia¹⁰.

Jeremy Rifkin¹¹, escritor norteamericano, autor dos *best-sellers* “O Fim dos Empregos”, “O Sucesso da Biotecnologia” e “A Economia do Hidrogênio”, defende que estamos no início de uma nova revolução industrial, em que todo o sistema produtivo deverá ser remodelado. O novo arranjo implica a migração de uma matriz energética baseada em combustível fóssil para uma rede elétrica interativa e descentralizada, em que os consumidores se tornarão produtores de energia, num sistema mais confiável, seguro e democrático. Rifkin argumenta que a produção local de energia para consumo imediato reduz a dispersão e, portanto, o desperdício, exemplificando com a construção de novos edifícios abastecidos com energia solar.

Segundo Lucon e Goldemberg¹², as fontes renováveis “não são e não devem ser consideradas *alternativas*”, mas um caminho para promover a sustentabilidade ambiental, reduzir a influência geopolítica e econômica dos países produtores

8 LUCON, Oswaldo & GOLDEMBERG, José. Crise financeira, energia e sustentabilidade no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 23, nº 65. São Paulo, 2009.

9 GLOBAL WIND ENERGY COUNCIL (GWEC). US and China in race to the top of global wind industry. Latest News, 02/02/2009. <http://www.gwec.net>, acesso em 06/07/2009.

10 LUCON, Oswaldo & GOLDEMBERG, José. Crise financeira, energia e sustentabilidade no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 23, nº 65. São Paulo, 2009.

11 <http://www.ecodebate.com.br/2008/12/05/a-crise-financeira-global-e-a-necessidade-de-uma-economia-mais-sustentavel/>, acesso em 01/07/2009.

12 LUCON, Oswaldo & GOLDEMBERG, José. Crise financeira, energia e sustentabilidade no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 23, nº 65. São Paulo, 2009.

de petróleo e contornar a crise financeira com a geração de empregos. Pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) aponta que investimentos estratégicos nos setores de energia eólica e solar podem criar mais de oito milhões de postos de trabalho em vinte anos. Segundo Lester Brown, fundador do Earth Policy Institute, na Alemanha, o número de postos criados por megawatt gerado de energia elétrica a partir de energia eólica ou solar é dez vezes maior do que os empregos gerados por usinas termelétricas ou nucleares.¹³

No Brasil, José Goldemberg¹⁴ faz uma interessante comparação. Ele lembra que a Petrobras possui 50 mil funcionários e produz dois milhões de barris de petróleo por dia (ou seja, produzem-se 40 barris por funcionário), enquanto a indústria da cana-de-açúcar emprega 600 mil trabalhadores para gerar 300 mil barris de etanol por dia (0,5 barril por trabalhador). Portanto, embora a um custo econômico superior, o uso dessa energia renovável tem grande potencial de oferta de trabalho (no exemplo citado, oitenta vezes maior), conduzindo a uma melhor sustentabilidade ecológica associada à maior geração de emprego (ainda que, evidentemente, com salários mais reduzidos).

Lester Brown¹⁵ também defende que uma economia verde deverá promover a reestruturação da política tributária, de forma que o mercado passe a “contar a verdade ambiental”, ou seja, a internalizar de fato as externalidades dos processos produtivos com base em recursos naturais. O mercado, por exemplo, ainda não incorpora os impactos indiretos da queima de combustíveis fósseis, como a emissão de carbono, o que poderia ocorrer, por exemplo, caso se aumentasse a taxa sobre atividades ambientalmente impactantes.

As propostas e exemplos aqui citados circulam em torno da idéia de que, frente à recessão econômica e às novas oportunidades de negócios geradas pelas exigências de descarbonização do Planeta, alterações nos padrões tecnológicos e na forma de produzir poderiam conduzir a economia à sustentabilidade ambiental. Para muitos pensadores, entretanto, alcançar a sustentabilidade requer mudanças muito mais profundas.

13 <http://www.ecodebate.com.br/2008/12/05/a-criese-financeira-global-e-a-necessidade-de-uma-economia-mais-sustentavel/>, acesso em 01/07/2009.

14 CHIARETTI, Daniela. Brasil apresenta resposta cinza para a crise verde. *Valor Econômico*, 06/03/2009, Especial, p. A16.

15 <http://www.ecodebate.com.br/2008/12/05/a-criese-financeira-global-e-a-necessidade-de-uma-economia-mais-sustentavel/>, acesso em 01/07/2009.

3. Antinomia entre o discurso e a prática

Segundo Serge Latouche¹⁶, um dos teóricos do decrescimento (proposta que rechaça a necessidade de crescimento e a sociedade de consumo), apesar de o momento atual oferecer a oportunidade histórica de mudança de paradigma econômico, de um modelo perdulário em recursos naturais para outro, ecologicamente sustentável, a reação dos governos é a de reproduzir o sistema atual, com medidas de ajuda aos bancos e de estímulo ao consumo visando evitar as tensões sociais.

O Brasil é um exemplo contundente nesse sentido. Com um território de dimensões continentais, 365 dias de sol por ano, 12% da água doce e a maior biodiversidade continental do Planeta, haveria que tomar partido dessa abundância para construir uma matriz energética limpa e renovável, mas o País continua atrelado ao modelo do crescimento a qualquer preço¹⁷.

A legislação ambiental – elaborada e aprovada com tanto esforço ao longo das últimas três décadas – vem sendo paulatinamente desconstruída, na perspectiva de que “é preciso voltar a produzir e consumir, não importando em que termos se produzia e se consumia antes da crise”. Em nome da crise, ressuscita-se o falso conflito entre desenvolvimento e conservação ambiental, adotando-se o argumento falacioso de que não se pode pensar em degradação ambiental quando temos que minimizar a perda de empregos. No entanto, essa chantagem é antiga, e já se demonstrou que crescimento a qualquer custo ecológico não reverte injustiças sociais¹⁸.

Sérgio Leitão, ambientalista do Greenpeace, e Eduardo Viola, professor da Universidade de Brasília, enfatizam que, além da flexibilização das leis ambientais, as medidas anticrise, de fomento ao consumo, estão totalmente desvinculadas de critérios ambientais. A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para estímulo à compra de automóveis não foi acompanhada de compensações do ponto de vista ambiental, como maior rapidez na produção de motores adaptados a diesel menos poluente. Tampouco se pensou em um programa de fortalecimento do transporte público, tendo em vista que o maior número de

16 <http://www.ecodebate.com.br/2009/04/01/o-planeta-necessita-que-mudemos-de-modelo-de-vida-entrevista-com-serge-latouche/>, acesso em 01/07/09.

17 <http://www.ecodebate.com.br/2009/01/09/a-quadrupla-crise-planetaria-artigo-de-cesar-sanson/>, acesso em 01/07/2009.

18 <http://www.ecodebate.com.br/2009/01/17/meio-ambiente-o-primos-pobre-da-crise-economica-artigo-de-antonio-a-r-ioris/>, acesso em 01/07/2009.

carros amplia os congestionamentos, reduz a eficiência do trânsito e aumenta a emissão de carbono¹⁹.

Há proposições em tramitação na Câmara dos Deputados que tentam corrigir tais efeitos perversos, como o Projeto de Lei nº 3.583/2009, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a fabricação de automóveis (CIDE Automóvel). Dessa contribuição, 50% seriam destinados a programas de fomento à infraestrutura de transporte coletivo urbano e de transporte não motorizado, 35% a projetos de reflorestamento e 15% a programas de controle de poluição do ar por veículos automotores. A proposição, todavia, foi rejeitada na própria Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)²⁰. Enquanto isso, também na Câmara dos Deputados, a Reforma Tributária Ambiental arrasta-se a passos de tartaruga.

Não surpreendem essas reações específicas, assim como diversas outras, por parte também (e principalmente) do Poder Executivo. Na prática, o Brasil está optando pelo caminho que Lucon e Goldemberg²¹ denominam de “inercial”, apoiado no uso dos potenciais já explorados de hidreletricidade, na expansão da bioenergia, na conclusão da usina de Angra 3, na exploração das jazidas de gás natural da plataforma continental e na dependência – e até no vigoroso aumento – da produção de petróleo, a partir das jazidas do pré-sal. Já o caminho “inovador”, baseado em investimentos pesados nas fontes renováveis, parece negligenciado.

É certo que as energias renováveis representam 40% da matriz energética nacional, dado representativo quando confrontado com os 5% de participação dessas fontes em escala mundial²². Não há sinais, porém, de que o País esteja migrando para um modelo mais sustentável. Lucon e Goldemberg²³ apontam evidências nesse sentido: o Plano Decenal de Energia 2008-2017 não considera nenhum esforço adicional no aumento de eficiência energética; apesar do aumento da consciência sobre o aquecimento global, não há mudanças de hábitos de consumo, e as iniciativas legislativas para preparar o Brasil para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas ainda estão em estágio inicial de discussão.

19 <http://www.ecodebate.com.br/2009/04/13/especialistas-dizem-que-as-medidas-anticrise-deixam-fatores-ambientais-de-lado/>, acesso em 01/07/2009.

20 www.camara.gov.br/proposicoes, acesso em 04/07/2009.

21 LUCON, Oswaldo & GOLDEMBERG, José. Crise financeira, energia e sustentabilidade no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 23, nº 65. São Paulo, 2009.

22 GOLDEMBERG, José. Crise e oportunidade. *O Estado de São Paulo*, 16/03/2009.

23 LUCON, Oswaldo & GOLDEMBERG, José. Crise financeira, energia e sustentabilidade no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 23, nº 65. São Paulo, 2009.

Do mesmo modo, Osvaldo Soliano Pereira²⁴, Presidente da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético, ressalta que o potencial nacional de energia eólica é “algumas vezes” maior do que o de hidreletricidade. Ainda assim, o Brasil não cumpriu as metas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (PROINFA), criado pela Lei nº 10.438/2002. No lugar das fontes limpas com baixos custos operacionais, foram priorizadas as termelétricas.

Também no setor privado, no Brasil e no mundo, as expectativas dos ambientalistas não estão avançando e “a crise dá lugar ao ecologicamente incorreto”²⁵. Embora as empresas patrocinadoras de projetos socioambientais sejam admiradas e o discurso da sustentabilidade ganhe cada vez maior espaço, os investimentos em energia limpa estão decrescendo²⁶. Além disso, é necessário distinguir, dos projetos sérios, a mera prática de *greenmarketing*.

Estudo da consultoria inglesa New Energy Finance mostra que novos investimentos em energia limpa caíram 53% no primeiro trimestre de 2009 em todo o mundo, comparativamente ao mesmo período de 2008. Em relação ao último trimestre de 2008, a queda foi de 44%. No Brasil, os novos investimentos caíram 18% no primeiro semestre, comparativamente ao mesmo período de 2009, e 76% em relação ao período de outubro a dezembro de 2008.²⁷

De acordo com a Associação das Empresas do Mercado de Carbono (ABEMC), o preço do carbono caiu 50% em 2009 e o Brasil pode perder US\$2 bilhões nesse mercado. Houve redução não só de projetos vinculados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), um dos instrumentos previstos no Protocolo de Kyoto, como também no mercado voluntário de créditos de carbono. Problema semelhante é observado no comércio de madeira certificada. O preço da madeira certificada caiu 20% e as exportações do Grupo Orsa, maior exportador de madeira certificada no Brasil, caíram 80% desde o início da crise.²⁸

No Brasil, a própria sociedade civil parece desmobilizada em demandar que o governo e o setor produtivo sigam o rumo do desenvolvimento sustentável. Após algumas décadas de intensa militância ambiental, que resultou, entre outras, na adoção de padrões ambientais mínimos, na assinatura de importantes

24 PEREIRA, Osvaldo Soliano. Uma matriz elétrica sustentável. *Correio Braziliense*, 08/07/2009, Opinião, p. 15.

25 <http://www.ecodebate.com.br/2009/05/19/a-crise-financeira-deixou-de-lado-a-consciencia-ecologica-de-muitas-instituicoes/>, acesso em 01/07/2009.

26 <http://www.energiaeficiente.com.br/2009/06/11/marketing-verde/>, acesso em 01/07/2009.

27 NOBREGA, Camila. Crise dá lugar ao ecologicamente incorreto. *O Globo*, 17/05/2009, Economia, p. 28.

28 <http://www.ecodebate.com.br/2009/05/19/a-crise-financeira-deixou-de-lado-a-consciencia-ecologica-de-muitas-instituicoes/>, acesso em 01/07/2009.

convenções e tratados internacionais, bem como em normas internas que ainda fazem da legislação ambiental brasileira uma das mais avançadas do mundo, o movimento ambientalista parece arrefecer seu ânimo.

Em verdade, o que se nota é que, embora o discurso da sustentabilidade esteja na boca de todos e as pesquisas de opinião indiquem que a grande maioria das pessoas estaria disposta a adotar práticas ambientalmente mais adequadas, as atitudes do dia-a-dia, tais como o crescente uso de veículos para o transporte, o aumento da geração de resíduos pelo uso de produtos descartáveis, o comprometimento gradativo dos recursos hídricos etc., vão de encontro a esse desejo de mudança.

4. A utopia da sociedade sustentável

Diante das contradições observadas, alguns pensadores defendem que a construção de uma sociedade ecologicamente sustentável depende de mudanças mais radicais, sendo que a maioria sugere uma redução paulatina das necessidades fictícias e do consumismo. Vandana Shiva²⁹, cientista e ambientalista indiana, Prêmio Nobel Alternativo da Paz em 1993, propõe a redução drástica do consumo de combustíveis fósseis, o fim da monocultura, do uso dos transgênicos e, mesmo, dos biocombustíveis. Eric Toussaint³⁰, presidente do Comitê para a Abolição da Dívida Externa do Terceiro Mundo, defende a proibição dos biocombustíveis feitos a partir de cereais, a redução das emissões de gás carbônico em 80% nos países no Norte e o apoio à agricultura familiar orgânica.

Ladislau Dowbor³¹, professor da PUC/SP, entende que o Brasil é, em grande parte, o eixo das soluções. Para ele, os maiores problemas continuam nos Estados Unidos, que detêm 4% da população e mais de ¼ da produção de gases de efeito estufa do Planeta. Ele defende um acordo de Breton Woods II, que, à semelhança do anterior, governe as relações monetárias entre as Nações-Estado independentes, redirecionando as poupanças para atividades produtivas, o progresso social e o equilíbrio ambiental.

No âmbito das crises ambiental e econômica, Ladislau Dowbor afirma que há três personagens que não têm voz, nem aparecem na mídia, mas que precisariam ser considerados: a natureza em si, com toda a sua biodiversidade; os quatro bilhões de pobres do Planeta que, segundo o Banco Mundial, estão fora do chamado benefício

29 <http://www.ecodebate.com.br/2009/05/15/a-natureza-nos-salvara-afirma-vandana-shiva/>, acesso em 01/07/2009.

30 <http://www.ecodebate.com.br/2008/12/15/interconexao-entre-as-crieses-entrevista-com-eric-toussaint/>, acesso em 01/07/2009.

31 <http://www.ecodebate.com.br/2008/11/07/a-criese-financeira-e-o-impacto-ambiental-entrevista-especial-com-ladislau-dowbor/>, acesso em 01/07/2009.

da globalização, e, por fim, as futuras gerações, que serão privadas de condições climáticas adequadas, água limpa, vida nos mares etc.

Já Paulo Durval Branco³², professor da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (Escas), de São Paulo, afirma que desde as décadas de 1960/70 já se sabia que a economia clássica sofre de uma importante limitação, a da possibilidade de crescimento infinito. Segundo ele, nossa forma de ver o mundo e todas as nossas criações no plano social e econômico se baseiam nessa possibilidade, mas ela simplesmente não existe. Em verdade, o Planeta tem uma capacidade de suporte limitada em nos prover de recursos e absorver nossos resíduos, a qual, segundo os indicadores da Pegada Ecológica, já foi ultrapassada em cerca de 40%. Se mantivermos o crescimento do PIB mundial entre 2% e 3% ao ano, em 2050 vamos precisar de duas Terras.³³

Entre 1900, quando a humanidade tinha 1,6 bilhão de habitantes, e 2008, já com 6,7 bilhões de pessoas na Terra, o consumo aumentou dezesseis vezes. Para o professor³⁴, além de considerar a capacidade de suporte do Planeta, o novo modelo deve se fundar na desmaterialização da produção, relativa (fazer mais com menos) e até absoluta (fazer menos com menos), bem como na mudança para um novo estilo de vida (com consumo ético e consciente), na valorização do capital social (com base nos laços de solidariedade) e na criação de oportunidades reais para todos (com uma melhor distribuição de renda na cadeia produtiva).

O escritor Enrique Leff³⁵ enfatiza que a crise de sustentabilidade não se resolverá com a ecoeficiência ou o decréscimo da economia. Para ele, é preciso desconstruir a economia existente e construir uma outra, baseada em uma racionalidade ambiental. Não se trata de resistência a um poder opressivo ou de manifestação de estilos alternativos de vida, mas da tomada de consciência sobre um processo que se instaurou no coração do mundo moderno, que atenta contra a vida no Planeta. Estão em xeque a ciência, a tecnologia e as instituições que instauraram a racionalidade moderna. Para desencadear um novo processo, diz o autor, é preciso “desativar o dispositivo interno, o código genético da economia”.

32 <http://www.ecodebate.com.br/2009/06/03/a-expansao-da-economia-e-incompativel-com-a-capacidade-de-regeneracao-do-planeta-entrevista-com-paulo-durval-branco/>, acesso em 01/07/2009.

33 BOFF, Leonardo. Os limites do capital são os limites da terra, http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&cid=19352, acesso em 01/07/09.

34 <http://www.ecodebate.com.br/2009/06/03/a-expansao-da-economia-e-incompativel-com-a-capacidade-de-regeneracao-do-planeta-entrevista-com-paulo-durval-branco/>, acesso em 01/07/2009.

35 LEFF, Henrique. Decréscimo ou desconstrução da economia, Partes I e II. 18/08/2008, <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/decrecimo-ou-desconstrucao-da-economia/>, acesso em 07/07/2009.

5. Conclusão

As crises econômica e ambiental representam duas faces de uma crise estrutural do sistema e, mesmo, de uma crise civilizatória, do modo humano de produzir e de se reproduzir neste Planeta. Não há a menor dúvida de que o modelo de desenvolvimento vigente implica riscos ao meio ambiente, à paz e à saúde da população humana, ensejando pobreza e exclusão social, além do desaparecimento de milhares de formas de vida. A adoção de outro paradigma depende da articulação de um novo padrão de produção e consumo, com o respeito à capacidade de suporte de cada ecossistema e a garantia de sobrevivência condigna de todos os povos, mediante uma melhor repartição de benefícios.

As mudanças climáticas devidas ao aquecimento global, aliadas à redução da atividade econômica e, conseqüentemente, do consumo de matéria-prima e energia, levam muitos autores a defender a ideia de que a crise financeira abre a oportunidade histórica para a instauração do desenvolvimento sustentável. Esse novo modelo baseia-se na reconstrução do sistema energético, promovendo-se a ecoeficiência, a ampliação do uso das fontes renováveis e a descentralização da produção de energia.

Essa expectativa ganhou força com a ascensão de Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos, tendo em vista tanto a mudança de postura de seu governo em relação às mudanças climáticas, comparativamente à posição tradicional daquele país de não comprometimento com metas de redução de CO₂, quanto suas propostas de investimento em fontes renováveis de energia. Além disso, há dados de aumento da produção de energia por fontes renováveis em diversos países, anteriormente à crise econômica, que projetam alguma luz no fim do túnel.

No entanto, a redução do crédito e da demanda de matéria-prima e energia decorrente da recessão econômica ameaça, de igual forma, os negócios sustentáveis. Além disso, a grande maioria das medidas governamentais de emergência adotadas até o momento busca salvar setores econômicos tradicionais, com pouca ou nenhuma medida compensatória que favoreça a sustentabilidade ambiental.

Esse quadro parece mostrar que a construção de uma sociedade sustentável dificilmente se concretizará desacompanhada de uma mudança de padrões éticos, em que as pessoas baseiem suas vidas mais no ser que no ter, na qualidade que na quantidade, na dádiva que na acumulação, na colaboração que na competição, na espiritualidade que na materialidade. Não existirá sociedade sustentável, enfim, sem solidariedade intra e intergeracional e sem respeito às demais espécies vivas como co-partícipes da vida na Terra.